

Do socialismo real ao capitalismo real

Andrea Catone

Colaborador da revista *Altreurope*

A onda de privatizações ocorrida tanto no Leste como no Ocidente entre os anos 80 e 90, serviu - e serve - para tornar disponíveis aos capitais transnacionais, empresas, jazidas, recursos, mercados, antes submetidos ao controle do Estado nacional.

Podemos observar hoje o que tem acontecido nos últimos 6, 7 anos na URSS e nos países da Europa centro-oriental, membros do COMECON e do Pacto de Varsóvia, de maneira mais distanciada, o que seria impossível na crista daqueles acontecimentos que reviraram o mundo em escala não menor que os "dez dias" de J. Reed. Podemos pôr entre parêntese (não para removê-la, entretanto) a questão se naqueles países o socialismo se realizou ou não - e até que ponto -, e tomar em consideração o processo inteiro do ponto de vista da dinâmica mundial do modo de produção capitalista. Este, hoje, entrou em uma fase nova (a mais adequada ao seu conceito), a do capital transnacional, entendendo-se em geral com isso um capital que não possui mais uma base "nacional" essencial, ou bases diversas de características "nacionais" (as sociedades capitalistas multinacionais), mas que tende a superar (e, no caso, romper) qualquer fronteira nacional-estatal.

Desenvolvimento do Capital Transnacional

Se esta é a fase atual do desenvolvimento capitalista mundial, o que aconteceu na URSS e nos outros países do "socialismo real", independentemente das dinâmicas sócio-econômicas internas a cada país, insere-se na lógica de ruptura das fronteiras e das formações estatais de cada país que queira adotar alguma forma de controle estatal sobre a propriedade das empresas, a emissão de moedas, o comércio interno e externo. A necessidade de expansão do capital rompeu as fronteiras precedentes e dissolveu modos de produção precedentes (Cfr. quanto escreve Marx a propósito do papel destrutivo que a forma mercadoria exerce nas comunidades precedentes: O Capital, livro 1, cap.1).

A onda de privatizações ocorri-

da tanto no Leste como no Ocidente entre os anos 80 e 90, serviu - e serve - para tornar disponíveis aos capitais transnacionais, empresas, jazidas, recursos, mercados, antes submetidos ao controle do Estado nacional.

Não vamos nos deter, aqui, sobre a maneira por meio da qual o imperialismo transnacional intervém, para impor a adequação das leis de propriedade de cada país, neste nível de desenvolvimento alcançado hoje pelo capital. Podemos lembrar que, neste sentido, foram feitas pressões não somente sobre os países do "socialismo real" (com relação aos quais era necessária uma intervenção radical por causa do peso preponderante, quando não absoluto, que a propriedade estatal tinha neles), mas também sobre aqueles países árabes que buscavam estabelecer um controle estatal em setores estratégicos de suas economias (por exemplo, em países como o Egito de Nasser, que tinha avançado no caminho das nacionalizações, foi imposta a *infitah*, abertura liberal em relação ao capital ocidental).

Com isso - entenda-se bem - não se busca absolutamente justificar o papel exercido pelos grupos dirigentes dos países do "socialismo real", e da URSS, em particular, nem explicar os acontecimentos de 1989 através do complô das centrais de espionagem internacionais. Simplesmente busca-se lançar um olhar de conjunto sobre a dinâmica da história mundial: a privatização, como desestatização e desnacionalização (retirada da propriedade do controle de um Estado "nacional") corresponde plenamente à exigência de expansão do capitalismo mundial.

Lógica do Capital e Situações Concretas

Se hoje é correto e necessário considerar, entre as coordenadas da análise que fazemos sobre a questão russa, também a função e os inte-

resses de longo prazo – estratégicos – do capital transnacional, não devemos, porém, conceber de forma idealista, como caminho simples e unitário, como correspondência mecânica com o *optimum*, dos interesses capitalistas, a maneira através da qual se realizou a dissolução da URSS e a passagem da Rússia à assim chamada “economia de mercado” e às privatizações. Não era inevitável, nem era desejado por todas as frações do capital transnacional que, para se chegar a isso, se tivesse que lançar mão, levantando o problema inédito de uma questão nacional russa, também da ruptura de uma estrutura estatal (em particular, a separação de Moscou e Kiev) que tinha se constituído e tido existência autônoma alguns séculos antes da Revolução de Outubro. Veja-se, por exemplo, o documento do FMI de 1990 sobre a “passagem da URSS à economia de mercado”, no qual se recomendava não romper os liames econômicos pluridece-nais estabelecidos entre as repúblicas da União e manter um único grande espaço econômico.

A ruptura do Estado soviético foi determinada pelo jogo complexo das forças em campo, foi o resultado de um movimento duplo de pressão externa e de ação desagregadora interna do “campo socialista”: a dissolução da URSS foi necessária para que as forças de dissolução interna (os agentes internos do capital transnacional, Ieltsin na cabeça) pudessem ganhar a parada contra os defensores (não muito convencidos) do Estado soviético. Em suma, era necessário desagregar a URSS, estimulando nacionalismos e separatismos, para que pudesse passar plenamente a privatização da propriedade estatal soviética e realizar aquela descontinuidade com relação ao Estado surgido da revolução bolchevique. Com toda a probabilidade, pressionou para esta solução o lobby militar-industrial dos Estados Unidos, com o objetivo de tirar do caminho um concorrente ainda discretamente armado e perigoso e chegar, com isso, a conquistar o monopólio incontestável do uso da força no mundo, justificando a teoria e a prática da “nova ordem mundial”.

Em suma, era necessário desagregar a URSS, estimulando nacionalismos e separatismos, para que pudesse passar plenamente a privatização da propriedade estatal soviética e realizar aquela descontinuidade com relação ao Estado surgido da revolução bolchevique.

Interesses “geopolíticos”, no concreto histórico, entraram em contradição não antagonista com os interesses do capital transnacional na medida que visavam um espaço econômico único na União ex-soviética. A realidade histórico-política prevalece e determina, em diversos casos, a lógica econômica pura do capitalismo. A anexação imediata da RDA à RFA, por exemplo, tinha sido desaconselhada fortemente pelo Bundesbank, por causa do custo econômico previsível que seria necessário ao interligar a economia da Alemanha do Leste com a Ocidental (e os fatos tem ido além das previsões mais pessimistas); mas foi escolhida a solução da reunificação imediata porque assinalava definitivamente o fim da minoridade política alemã herdada da derrota na segunda guerra mundial.

Mas a Rússia ainda não é confiável...

O “regime” anticomunista e antipopular inaugurado na Rússia entre os dois golpes de agosto e dezembro de 1991, e os homens que o representam, demonstrou amplamente não estar absolutamente preparado para as exigências que a fase atual de desenvolvimento do capital transnacional requer (pusemos a palavra “regime” entre aspas porque falta-lhe, para ser tal no pleno sentido do termo, a ideologia compactante das massas, o consenso de massa, a estabilidade das instituições). Nos relatórios econômicos dos centros de pesquisa das principais instituições finan-

ceiras internacionais traçavam-se projetos ambiciosos sobre as amplas possibilidades de investimento capitalista na Rússia, definido como o grande negócio do século e do novo milênio (cfr., por exemplo, o que escrevia a União dos Bancos Suíços em 1990). Se olharmos o volume de investimentos externos para a Rússia (2-3 bilhões de dólares por ano) ele resulta – com relação à amplitude do país, aos seus recursos, às expectativas potenciais de alguns anos atrás – amplamente insuficiente. Isso porque, como escreve a União Européia em um relatório de 1995, a situação interna russa – do ponto de vista econômico, social e político – não apresenta um grau suficiente de confiabilidade e estabilidade, diferentemente dos outros países europeus do ex COMECON.

Com efeito, em diversos destes últimos (o caso mais recente e significativo é o da Polônia) a primeira fase ultra-liberal, provocando grande descontentamento entre as massas, facilitou a vitória eleitoral e a chegada ao governo parlamentar de forças renascidas das cinzas dos partidos operários e comunistas precedentes que tinham assegurado o poder no período do “socialismo real”. O programa e a ação destes partidos não se apresentam como antagonistas com relação ao capitalismo transnacional, aceitam todas as suas compatibilidades, pedem a adesão à União Européia e à OTAN. Não é mistério para ninguém que o polonês Kwasniewski teve o apoio de setores importantes do capital transnacional. Pode-se dizer, aliás, que a hipótese “social-democrata” apareceu aos olhos dos lobbies capitalistas como mais segura com relação à de governos ultra-liberais, cujas práticas carregavam turbulências de tal ordem que desencorajavam os investimentos nestes países.

A hipótese neo-corporativa (isto é, a de governos que de acordo com os sindicatos de trabalhadores e os partidos “operários”, impõem compressões salariais, redução da despesa social, flexibilidade da força-trabalho, conforme as exigências mais modernas da produção capitalista) é a mais apta à preservação da paz social, necessária para ga-

rantir o capital investido de riscos excessivos. A estrutura industrial precedente, uma força-trabalho medianamente qualificada cujo preço no mercado é duas a quatro vezes inferior ao existente a algumas centenas de quilômetros de distância, paz social e estabilidade institucional: estas são as condições que tornam atraente e lucrativo o investimento, uma vez realizadas aquelas privatizações da propriedade estatal que permitem adequar as economias dos países do ex COMECON àquelas do mundo capitalista. A vitória eleitoral de Kwasniewski não é problema, bem pelo contrário. Mas na Rússia as coisas não são assim: a Rússia não está normalizada nem econômica e nem socialmente.

Da "Burguesia Compradora"...

O grupo ieltsiano alçado ao poder e amplamente sustentado pela administração EUA (e aceito, mesmo sem muito entusiasmo, pelo governo alemão que teria preferido um Gorbachev como interlocutor) gozava inicialmente de um certo consentimento popular (Ieltsin tinha vencido, em junho de 1991, as eleições presidenciais diretas na República socialista federativa russa) e tinha uma base social, além da localizada na assim chamada "democracia dos quiosques" (as pequenas empresas privadas, predominantes no setor de serviços, distribuição e intermediação, surgidas em grande número graças às leis sobre a atividade industrial e as cooperativas de 1987-1988), também entre algumas categorias de trabalhadores (os mineiros, em particular), iludidas com a privatização que lhes garantiria melhores condições.

Mas o grupo que derrubou a URSS, diversamente desta idéia, agiu essencialmente como o empregado, o agente subordinado, de uma fração capitalista apoiada pelo EUA, ao qual devia boa parte de seu sucesso e de sua legitimidade internacional. Mais realista que o rei, seguindo à letra até demais os ditames do FMI, aplicou uma política econômica que teve no país efeitos mais desastrosos que uma guerra de invasão (alguns meses atrás, foi o ultra-libe-

O período do governo Gaidar foi o do roubo dos recursos do país, do empobrecimento da grande maioria de seus habitantes, do enorme enriquecimento de uma camada restrita, os novos russos. Foi uma espécie de "acumulação primitiva" de capital especulativo.

ral J. Sachs em pessoa a repreender Gaidar, o premiér russo até o choque com o parlamento de outubro de 1993, de ter "exagerado um pouco". O governo Gaidar foi o governo do "capitalismo selvagem", ou melhor, o do roubo a mãos cheias dos recursos do país, como nenhum outro governo dos países da Europa centro-oriental pós-comunistas foi capaz de fazer. A sua função fundamental era destrutiva: cortar todas as pontes, quanto antes possível, com o passado soviético. Mas não somente: sendo que a Rússia pós-comunista detinha um arsenal militar imenso, potencial concorrente, mesmo como Rússia pós-comunista, do arsenal imperialista, era preciso atuar também sobre ele, favorecendo sua desagregação e ruína

Nos primeiros dois anos de seu poder, os ieltsinianos agiram essencialmente como "burguesia compradora", subordinada aos interesses da fração capitalista EUA (estamos pondo a palavra "burguesia compradora" entre aspas porque este conceito é apropriado para a fase do início do século no qual o proletariado dos países, oprimidos pelo jugo colonial e o imperialismo, poderia estreitar alianças táticas na guerra de libertação nacional). O período do governo Gaidar foi o do roubo dos recursos do país, do empobrecimento da grande maioria de seus habitantes, do enorme enriquecimento de uma camada restrita, os **novos russos**. Foi uma espécie de "acumulação primitiva" de capital especulativo.

...Ao Capitalismo Monopolista

O confronto com o parlamento (outono 1993) assinala uma mudança de fase: mesmo que os "rebel-des" parlamentares, Rutskoi e Khazbulatov, tenham sido derrotados nas batalhas de rua pelos corpos especiais enviados por Gaidar e encarcerados (mas libertados após alguns meses), em última instância são os interesses econômicos que eles representavam (e atrás dos quais se perfilava a figura do chefe da União Industrial, Volski) a ter, de qualquer modo, partida ganha. Não certamente no sentido de uma reafirmação dos poderes do parlamento com relação aos do presidente, o qual, sob este aspecto, aliás, a dissolução **manu militari** do parlamento russo representa o passo decisivo para a inauguração de uma constituição ultra-presidencialista e que faz do parlamento pouco mais do que um órgão consultivo; mas no sentido que a partir deste momento - com a mudança da guarda no vértice do governo, onde é designado o "tecnocrata" Tchernomyrdin - o "capitalismo selvagem" - é substituído pelo capitalismo monopolista de Estado: concentração bancária, fusão de bancos e empresas, regimes de favores e isenções fiscais para os grandes monopólios.

É necessário precisar que quando falamos de capital monopolista de Estado não nos referimos ao fato que as empresas sejam de propriedade estatal: para a Rússia isso é totalmente fora de questão, dado que as privatizações das empresas, mesmo as de grandes proporções, é hoje um fato consumado (além de 60%); nos referimos ao fato de que o Estado favorece e incentiva, com os meios que lhes são próprios (a coleta fiscal, em primeiro lugar, a legislação etc), a concentração industrial e bancária de supermonopólios privados (ou de participação de capital estatal; esta última eventualidade, neste caso, tem uma importância relativa, da mesma forma que não tem nenhuma importância se os proprietários das cotas acionárias dos supermonopólios - como já acontece - tenham no bolso um passaporte russo, norte-americano ou alemão). Os agentes deste capitalis-

mo monopolista não podem ser confundidos de nenhuma maneira com a assim chamada "burguesia nacional" (sob este aspecto, as coisas não são muito diferentes no Ocidente onde o liberalismo puro, contraposto ao estatismo é propaganda ideológica para conseguir - Fiat e Olivetti ensinam - benefícios, facilidades, isenções fiscais em vantagem dos privados).

A paisagem econômica russa, portanto, tende a mudar: não que desapareçam - absolutamente - todas aquelas formas de capital puramente especulativo, da intermediação, da venda dos recursos do país, às quais se ligam os tráficos criminosos e mafiosos; mas elas, hoje, estão em uma posição subordinada em relação ao avanço da concentração capitalista e a formação de supermonopólios que ultrapassam as fronteiras da república russa e se combinam com capitais e empresas do "exterior próximo", isto é, das ex- repúblicas soviéticas, em primeiro lugar, Ucrânia, Bielorrússia, Casaquistão.

As Diversas Almas do Capitalismo na Rússia

A formação do capital monopolista na Rússia é facilitada pela composição anterior da estrutura industrial soviética, caracterizada por grandes instalações. Contrariamente a algumas previsões que consideravam pouco provável a privatização dos megacomplexos industriais soviéticos, dada a dificuldade de encontrar as somas enormes de capitais privados necessários para sua aquisição, o ministro russo das privatizações Chubais demonstrou que isso era um obstáculo facilmente superável: foi suficiente subestimar em muito o valor das empresas para alcançar o objetivo principal (funcional para o capital transnacional) das privatizações. Mas a estrutura e o nível da maior parte das empresas ex soviéticas - independentemente do fato que o proprietário seja o Estado ou o privado - só permite produzir para o mercado interno ou para aqueles setores do mercado externo que no passado eram compradores das mercadorias soviéticas. Além da exportação de petróleo, gás, e ou-

Há, portanto, setores consistentes da indústria russa que - independentemente da forma atual de propriedade - precisam da intervenção do Estado (medidas protecionistas, intervenções na taxa de câmbio, financiamento das empresas)

tras matérias primas, e de produtos do complexo militar-industrial, grande parte das mercadorias da indústria ex-soviética não são competitivas no mercado mundial; a organização do trabalho e as instalações, quando não obsoletos, têm sempre um nível de produtividade muito inferior à média das empresas ocidentais. Já no período precedente, mas em especial a partir de 1989, e sobretudo de 1992, inexistiram investimentos para a manutenção das instalações, quanto menos para a inovação tecnológica.

Há, portanto, setores consistentes da indústria russa que - independentemente da forma atual de propriedade - precisam da intervenção do Estado (medidas protecionistas, intervenções na taxa de câmbio, financiamento das empresas). Foi observado (Cfr. S. Rossi, *Sole 24 ore*, 25-01-96) que existem três "partidos" na atual estrutura econômica russa:

- O "partido" muito poderoso dos exportadores, constituído pelo complexo energético, as sociedades petrolíferas, o Gazprom de Tchernomyrdin, a indústria química, petroquímica, metalúrgica. É contra a atual oscilação do rublo que considera muito baixa e prejudicial às exportações. Já conseguiu um reajuste do teto (5.150 rublos cada dólar) e o compromisso do governo de eliminar a banda no outono.

- Os ambientes financeiros-industriais emergentes que se reportam sobretudo aos bancos comerciais, às bolsas de valores e mercadorias, e em geral à extensa rede de intermediação financeira. Eles também são contra a banda fixa de cam-

bio do rublo; mas são favoráveis à privatização de baixo custo porque obtiveram, através de lutas internas, os setores industriais mais rentáveis.

- O "partido" das grandes empresas do complexo militar-industrial, que sofreu muito por causa do corte violento das encomendas públicas e da redução dos financiamentos estatais. É contra a privatização, pede subsídios estatais para as empresas estratégicas, do ponto de vista industrial e ocupacional, mesmo à custa da inflação e crescimento da dívida pública.

Há portanto um forte contraste entre os padrões da indústria petrolífera e extrativa (que têm mercado disponível no exterior, em moeda forte) e a indústria pesada produtora de bens que podem encontrar colocação somente no mercado interno e no Terceiro Mundo. Tchernomyrdin pode posar muito bem de grande condutor do capital transnacional; mas as máquinas e o aço que se produzem nas condições russas (ainda não adaptadas ao sistema ocidental), onde colocá-las? A "neo-burguesia" monopolista russa está dividida em duas tendências, mas as duas se movimentam monopolisticamente, operam concentrações bancário-industriais enormes, as duas tencionam utilizar o Estado para franquias e subvenções. É inútil acrescentar que as duas se movimentam em uma ótica que não tem nada a ver com o socialismo.

A Instabilidade Russa Peculiar

Um dos objetivos em jogo - internos e internacionais - colocado em 1993, e que continua sendo ainda hoje, o destino do núcleo central da grande indústria ex-soviética (a construída pelos planejadores desde os anos 30 até hoje): ela correu o risco, e corre ainda hoje, de ser destruída, fazendo da Rússia (como denunciaram muitas vezes os comunistas do PCFR e os "patriotas" russos) um país do Terceiro Mundo, desindustrializado (desprovido da tão decantada e tão criticada indústria pesada), simples exportador de matérias-primas. No fundo, esta é a imagem mais comum que as análises críticas do campo da esquerda nos transmitem sobre a Rússia pós-

comunista.: "capitalismo selvagem", "país à venda", "terceiro-mundização", "desindustrialização". É inegável que esta perspectiva catastrófica é possível e tem raízes no quadro que traçamos antes: de resto, a polarização colossal de riqueza e miséria, a queda vertical das condições de vida, a marginalidade generalizada, a presença, não se sabe em que intensidade, da máfia e da criminalidade organizada, a instabilidade institucional que viu – pela primeira vez na Europa depois da segunda guerra mundial – um exército tomar com canhões o parlamento de seu país, poderia fazer pensar em uma "sul-americanização" da Rússia.

Algumas frações do capitalismo mundial parecem encorajar um desfecho como este da crise russa (talvez incentivando as pressões nacionalistas e secessionistas das repúblicas e regiões autônomas da Rússia: o que aconteceria se o caso tcheco se generalizasse?), tirando de cena por um número considerável de anos um concorrente ainda perigoso por causa de seu arsenal militar e o seu parque produtivo dotado de tecnologia média (aço, mecânica, química etc).

Por causa de seu parque industrial (construído em 50 anos de planificação soviética) a Rússia hoje se diferencia claramente dos países do

A situação russa se apresenta grávida de incógnitas: crise de hegemonia dos governantes, contradições estruturais na "neo-burguesia" russa, despertar do proletariado, ainda desprovido, porém, de um programa político sério que não se limite à combinação mesmo útil de propaganda e oposição sindical e social.

Terceiro Mundo e daqueles capitalistas avançados. É a especificidade russa que torna este país não assimilável nem pelos países da Europa centro-oriental, os quais, pelas suas dimensões podem vir a integrar as economias da União Européia, e nem pela China, cujo parque produtivo, mesmo realizando nestes últimos anos passos de gigante, ainda não pode ser comparado ao russo. A reestruturação gigantesca da indústria do país, prometida por Gorbachev, tinha sido aprovada no XXVI Congresso do PCUS em 1986 (depois funcionou de uma maneira completamente diversa) e permaneceu até

hoje no papel. Esta presença de uma indústria especificamente russa (não assimilável, em tempos curtos, ao complexo produtivo ocidental: a Rússia, hoje, ainda é um osso demasiadamente grande para o capital) é um dos fatores de instabilidade da situação russa.

Mas para esta instabilidade corre também o despertar e a reorganização do proletariado, que se manifestou, entre outros, em greves e manifestações prolongadas daqueles mesmos mineiros que tinham contribuído muito para a vitória de Ieltsin, como também – a distância de apenas 4 anos do abatimento das bandeiras e dos símbolos do comunismo – na adesão a partidos que têm como referência – pelo menos no nome – o comunismo (27%, quando adiciona-se 22% do PCFR de Zjuganov e quase 5% da Rússia trabalhadora de Ampilov).

A situação russa se apresenta grávida de incógnitas: crise de hegemonia dos governantes, contradições estruturais na "neo-burguesia" russa, despertar do proletariado, ainda desprovido, porém, de um programa político sério que não se limite à combinação mesmo útil de propaganda e oposição sindical e social. Provavelmente, esta é uma das razões do cerco militar por parte da OTAN a um país formalmente considerado como "amigo".